

Ofício nº 099/2023

À

Ilmo. Diretor Ivan Mininel

Assunto: NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

**SAEMJA – AGÊNCIA REGULADORA do Serviço de Água,
Esgoto e Saneamento do Município de Jahu**, devidamente representada por sua Diretora-Presidente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria para NOTIFICAR a concessionária Águas de Jahu da aplicação de penalidade prevista em contrato em virtude de descumprimento de obrigação contratual e legal.

As infrações cometidas estão descritas no auto de infração, com a devida descrição (auto de infração nº 06/2023)

As denúncias foram feitas por moradores do local, autoridades, fiscalização da agência e imprensa. Os vídeos encontram-se indicados no próprio auto de infração.

No mais, seguem abaixo informações importantes quanto a competência fiscalizatória da agência reguladora.

**DA COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA PARA FISCALIZAÇÃO,
LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADE POR
DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.-**

O contrato de concessão na cláusula 25, item 25.3, determina:

25.3. Sem prejuízo das demais obrigações e direitos previstos no EDITAL, neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe a ENTIDADE REGULADORA SAEMJA:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO;

Iviane
RECEBIDO
11/04/2023
16:36

Na cláusula 37, item 37.1 determina que:

37.1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer Cláusula ou condição deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas do CONTRATO, ensejará a aplicação, pela ENTIDADE REGULADORA SAEMJA, das seguintes penalidades, isolada e cumulativamente, nos termos da legislação aplicável (...).

Dessa forma, diante da previsão contratual, insofismável a competência da agência para fiscalizar e autuar a concessionária no tocante a prestação de serviços.

DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

O regulamento que se aplica a prestação de serviços entre o Município de Jahu e Águas de Jahu determina no artigo 193:

Sem prejuízo das demais obrigações e direitos previstos no edital e no contrato de concessão, incumbe a AGÊNCIA REGULADORA:

I – Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais, pertinentes à concessão, zelando pela boa qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

III – Aplicar às concessionárias, as penalidades previstas nos respectivos editais de concessões, as sanções administrativas pertinentes.

Nos termos do contrato de concessão firmado entre o Município de Jahu e a empresa Águas de Jahu, há a obrigação da concessionária de prestar serviço público para qual foi contratada de maneira adequada.

Com efeito, na cláusula 14, item 14.2, consta que: “serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobrada dos usuários.

Inadequado o serviço, conforme constatado, verificou-se que as infrações praticadas pela concessionária Águas de Jahu tem natureza grave.

A cláusula 37, item 37.1, traz as penalidades aplicáveis, dentre elas a multa (item b).

O item 37.2 traz a gradação das penalidades a serem aplicadas e no presente caso, deve-se observar o item c.2, tendo em vista o benefício direto/indireto que a concessionária auferir, não fazendo a manutenção e monitoramento do funcionamento adequado do sistema.

DAS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS AO PODER CONCEDENTE.-

O auto de infração lavrado juntamente com esse ofício deve necessariamente ser encaminhado para ciência do poder concedente, que é parte no contrato de concessão.

Ressalta-se que o procedimento estabelecido para a aplicação de penalidades no âmbito dessa agência está no contrato de concessão. A partir da notificação do auto de infração e aplicação de penalidade, a concessionária tem o prazo estabelecido no item 37.15 para apresentar sua defesa, que pode ou não ser acatada. Após decisão, há ainda prazo para recurso ao Poder Concedente e posteriormente ao Conselho, tudo conforme estabelecido no contrato e respeitando os princípios constitucionais do devido processo legal.

Sem mais para o momento,

Jaú, 11 de abril de 2023.



Juliana Zacarias Fabre Tebaldi

Diretor Presidente da Agência Reguladora Saemja

AUTO DE INFRAÇÃO – AI

1. LAVRATURA

AI. N°: 06/2023

LOCAL: Saemja Agência Reguladora

DATA: 10/04/2023

N° DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 43/2023

2. AGENTE AUTUADO

NOME: Águas de Jahu S/A

REP. LEGAL: Ivan Mininel

ENDEREÇO: Avenida Comendador Ítalo Mazzei, nº 1250

QUALIFICAÇÃO: Concessionária

3. DESCRIÇÃO DO FATO OU ATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO

O que deu origem a aplicação da penalidade descrita neste auto de infração foi o descumprimento do contrato de concessão entre o Poder Concedente Município de Jahu e a Concessionária Águas de Jahu S/A, no que tange a inadequação do serviço prestado, especificamente pelo fato de DESPEJAR esgoto diretamente ao solo encaminhado a dispositivo de drenagem de águas pluviais pertencente ao município, situação essa constatada e denunciada por moradores locais, com duração de pelo menos 5 dias corridos.

Há descumprimento da Lei 11.445/2007.

Local da infração: Cidade de Jahu/SP, na Alameda Lourenço Avelino, na altura da casa 909 – Jardim Antonina.

Tipificação e descrição das infrações contratuais

= DESPEJO IRREGULAR DE ESGOTO EM REDE DE DRENAGEM E POLUIÇÃO DO SOLO=-

Descrição das Infrações:

- Descumprimento contratual: o contrato na cláusula 14 traz determinação sobre o que se considera serviço público adequado, eficiente e seguro. Desta feita, se há despejo de esgoto em local em rede de drenagem pluvial, o serviço é inadequado e o contrato está sendo descumprido. No item 14.3. c e d, há a imposição de que no cumprimento contratual deve haver segurança e eficiência. Quanto a eficiência, a alínea c do dispositivo diz: c) eficiência: a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento da Prestação dos Serviços, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão. Quanto a segurança, a alínea d diz: d) segurança: a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO com a utilização de técnicas que visem a prevenção de danos aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e as instalações do serviço, em condições de factibilidade econômica.

No caso de vazamento de esgoto em rede de drenagem, não há segurança e nem eficiência na prestação do serviço público. Portanto, a inadequação foi constatada.

Diiane

RECEBIDO
11 04 2023
16:30

Rua Paissandu, 455 – Jahu – SP – CEP 17201-330 – Fone 14 3622-3033

www.saemja.jau.sp.gov.br – CNPJ 50.760.370/0001-03

- Descumprimento contratual: a cláusula 26, 26.1, O, traz as obrigações da concessionária, entre elas, a de manter sistemas de monitoramento da qualidade da água potável distribuída e dos efluentes lançados nos corpos d'água. Restou claro que não há monitoramento, vez que moradores vem fazendo denúncias durante todo o fim de semana, além dos chamamentos feitos por essa agência para a solução do problema que não foram atendidos. Se o problema perdura há mais de 03 dias, a falta de monitoramento está constatada.

- Lei nº 11.445/2007, que estabelece em seu artigo 3º que: I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

- Lei nº 11.445/2007, que estabelece em seu artigo Art. 3º-B que: consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades: IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais de forma ambientalmente adequada, incluídas fossas sépticas. Se a lei determina que a disposição final do esgoto deve ser adequada e se no caso em questão foi constatado que está inadequada, há infração legal.

Sendo assim, apesar da determinação de se prestar um serviço público adequado e seguro, a fiscalização encontrou no dia 10/04/2023, após denúncia de moradores, autoridades, imprensa e munícipes, o despejo irregular de esgoto em rede de drenagem de água pluvial do município de Jau.

Pelas fotos tiradas por moradores locais, vídeos, além das fotos e vídeos feitos pela fiscalização no local, a infração resta clara e inconteste. Moradores e fiscalização notaram cheiro insuportável na localidade.

Provas:

PARTE DE CIMA – VÍDEOS







DAS PENALIDADES.-

As infrações praticadas pela concessionária Águas de Jahu tem natureza grave (cláusula 37, 37.2, c.2)

A falta de manutenção e monitoramento implicam na economia de gastos.

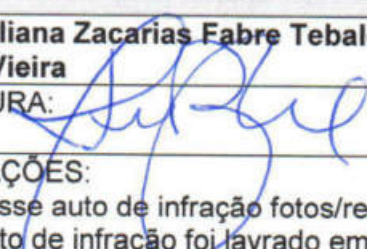
A cláusula 37, item 37.1, traz as penalidades aplicáveis, dentre elas a multa (item b). Portanto, no caso, o auto de infração tem o objetivo de aplicar multa, nos termos da cláusula 37, item 37.5, alínea c.

**4. DISPOSITIVOS LEGAIS, REGULAMENTARES OU
CONTRATUAIS INFRINGIDOS E ENQUADRAMENTO DAS
PENALIDADES**

- 1) Infringência do contrato, cláusula 26, item 26.1, a.
- 2) Infringência do contrato, cláusula 14, item 14.3. c e d.
- 3) Infringência a Lei nº 11.445/2007, artigo 3º que: I, b e artigo 3º B, IV.

PENALIDADE:

Multa

5. PRAZO PARA RECOLHIMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA: 30 dias	
6. INSTRUÇÕES PARA RECOLHIMENTO DA MULTA: Pagamento via transação bancária com base na cláusula 37.5, alínea C.	
7. REPRESENTANTE DO ORGÃO FISCALIZADOR	
NOME: Juliana Zacarias Fabre Tebaldi e Marcos Eduardo Vieira	MATRICULA(ID):
ASSINATURA: 	CARGO/FUNÇÃO: Diretor Presidente da Saemja / Diretor Operacional da Saemja
OBSERVAÇÕES: 1) Instrui esse auto de infração fotos/relatório operacional e ofício de encaminhamento. 2) Esse auto de infração foi lavrado em 02 vias, sendo uma entregue à concessionária juntamente com o ofício 99/2023. 3) Os documentos anexados no ofício 99/2023 (auto de infração) e relatório operacional estão disponíveis no processo administrativo nº 43/2023, que se encaminha na íntegra com esse auto.	

Interessado: Grupo Águas de Jahu e Prefeitura Municipal

Assunto: Não conformidades na prestação de serviços

Direcionado: Diretora Presidente

Diretoria Operacional esteve presente no dia 10 de abril de 2023 em região próximo a linha férrea que transpassa o município mais exatamente na Alameda Lourenço Avelino de frente ao numeral 909, para realizar inspeção e vistoria técnica com objetivo de comprovar possíveis contaminações ambientais e checar informações de munícipes que nos afirmaram que o problema existente ocorria a dias e que haviam entrado em contato com a concessionária informando sobre forte fedor e não obtiveram resposta concreta ou diminuição do fedor ao longo do final de semana.

No local constatamos que de fato existia uma anormalidade, na parte superior da linha férrea existe um dispositivo de drenagem de águas pluviais pertencentes ao município que estava coberto de esgoto sanitário formando um pequeno lago visto o bloqueio da grade de entrada por dejetos do esgotamento e matérias diversos, o local recebia esgoto sanitário proveniente de rede de esgoto com possíveis bloqueios e percorrendo sobre o solo até o encontro com o dispositivo de drenagem com aproximadamente 5 litros por segundo do material sendo conduzido até o dispositivo,

assim sendo um grande volume. Informo que existia um poço de visita (PV) poucos metros acima da entrada do dispositivo de drenagem, sendo que poucos centímetros após o PV pudemos comprovar como sendo o local do rompimento devido a quantidade de material sendo vertido.

Imediatamente tentamos contato com o gerente Pedro da Concessionária Águas de Jahu como não conseguimos atendimento de imediato, tentamos contato como acordado em reunião, com o superintendente Ivan não obtendo novamente êxito na comunicação e assim prosseguiu em algumas tentativas realizadas, comunicamos também o Secretário Meio Ambiente o senhor Giovani, para assim formalizar ambas as partes pertencentes ao contrato. Passados 20 minutos Pedro entrou em contato via WhatsApp e tomou ciência da situação.

Permanecemos no local até a chegada de profissionais pertencentes a concessionária, aguardamos a chegada de representantes do Concedente, como existiam outras demandas nos deslocamos antes da chegada de representantes do Concedente chegar ao local. Informo que a imprensa esteve no local realizando filmagens.

Sugiro que a Concessionária Águas de Jahu seja responsabilizada por sua negligência em atender os munícipes que relataram ter entrado em contato via canais de comunicação, podendo assim ter evitado o longo período de contaminação de solo ou até mesmo a possíveis falhas no sistema de telemetria apresentado por parte da concessionária recentemente como muito eficiente, pois as estações de tratamento deixaram de receber grande quantidade de esgoto por vários dias e nada fora notado. Que seja responsabilizada por contaminar o solo na região e utilizar de redes de drenagem da concedente por período considerável desviando assim do caráter emergencial.

Encaminho para Diretora Presidente solicitando que medidas administrativas possam ser estudadas para que os culpados sejam responsabilizados.

Sem mais para o momento,

Jahu, 11 de abril de 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "MEV", written over a horizontal line.

Marcos Eduardo Vieira

Diretor Operacional



Local que vertia o material de esgotamento sanitário.

M

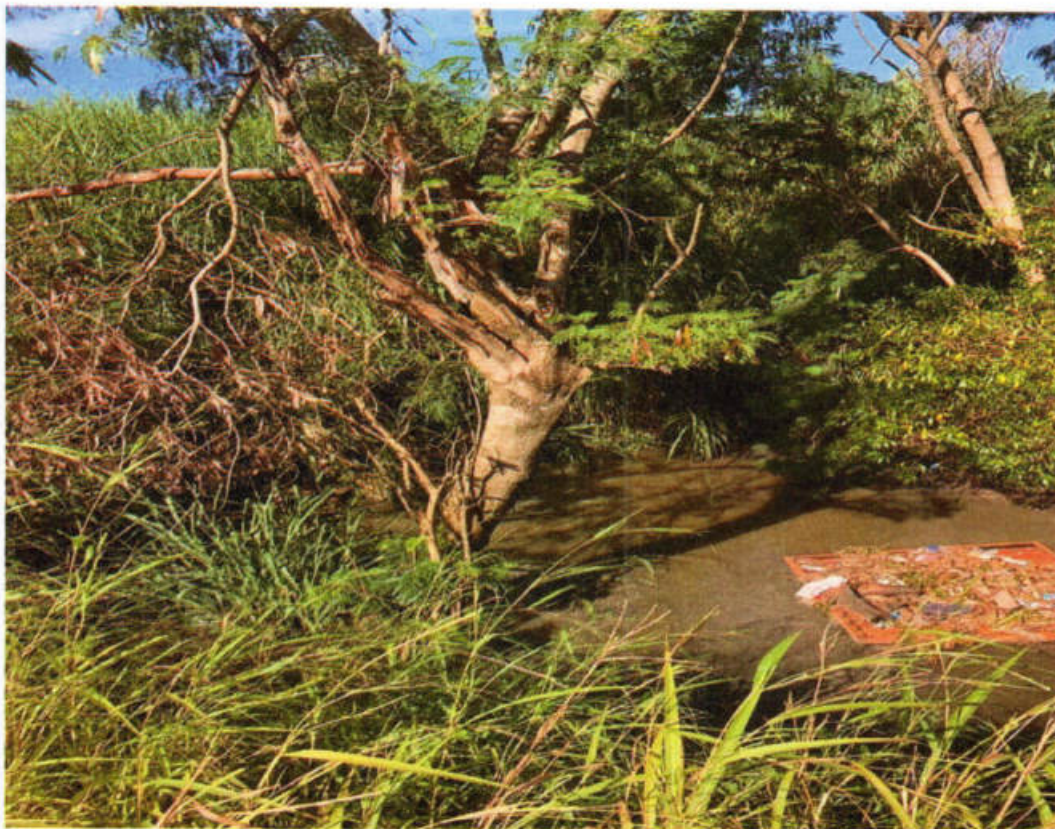


Entrada do dispositivo de drenagem e lagoa de esgoto.

u



Esgoto lançado "in natura" em solo e rede de drenagem.



11